

## Nota Técnica

Nota Técnica n.º 5/2025 Pagamentos Operações Sistemas de Incentivos Pós 31.08.2024

Data: 11 Junho de 2025

## Índice

1.	Introdução	2
2.	Entidade Pagadora/Dimensões	3
2.1.	Agência, I.P. (FEDER/Outra Fonte Nacional), sistemas de origem SGO, SI Norte, SI Centro e SI Alentejo	3
2.2.	IGFSS (FSE/OE), sistemas de origem SIFSE e SGO	4
2.3.	Organismos Intermédios (FEDER/Outra Fonte Nacional), sistema de origem SGO	5

## 1. Introdução

A presente nota sistematiza orientações em várias dimensões como reprogramação das operações, monitorização e pagamentos, nas várias áreas e sistemas de informação para concretização de pagamentos de operações de sistemas de incentivos pós 31.08.2024 que, excecionalmente, não se tenham concretizado até àquela data<sup>1</sup>.

- 1.1. Considerando a necessidade de proceder ao registo de pagamentos posteriores a 31.08.2024 a beneficiários de operações do Sistema de Incentivos, importa definir quais os procedimentos a assegurar por forma a evidenciar o registo da não elegibilidade, bem como a fonte de financiamento nacional.

Para tal, os **movimentos necessários** são:

- Reprogramação, mediante decisão da Comissão Diretiva da Autoridade de Gestão, das fontes de financiamento das operações reduzindo o montante pago após 31.08.2024 ao montante do fundo, na mesma proporção do apoio pago ao beneficiário;
- Identificar a fonte de financiamento única como “Outra Fonte Nacional” nos Pedidos de Pagamento/Ordem de Pagamento ou Ordem de Transferência pagas e/ou emitidas após 31.08.2024;
- Contabilizar os montantes pagos após 31.08.2024 em “Outra Fonte Nacional”.

*Exemplo:*

*Operação X, mapa de investimento aprovado de 100 com 50 fundo e 50 CN Privada*

*Pagamento após 31.08.2024 de 10*

*Operação X reprogramada, mapa de investimento aprovado de 100 com 40 fundo, 50 CN Privada e 10 Outra Fonte Nacional*

- 1.2. OP com data após 31.08.2024, valor a pagar 10, fonte de financiamento “Outra Fonte Nacional” “Considerando ainda que estas operações são geridas em diferentes sistemas de informação e pagas por diferentes organismos, importa definir os diversos processos a assegurar. A saber:

- FEDER, gerido no SGO e nos sistemas do Norte, Centro e Alentejo e pago pela AD&C;
- FEDER, gerido no SGO e pago por OI;
- FSE, gerido no SIFSE e pago pelo IGFSS.
- FSE, gerido no SGO e pago pelo IGFSS.

**Independentemente do sistema de informação, os “movimentos necessários” elencados no ponto 1.1. devem ser sempre assegurados.**

---

<sup>1</sup> Considerando o disposto no n.º 5 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 33/2024, de 15 de maio.

A monitorização refletirá a nova imagem da operação, nomeadamente a correção do montante de fundo.

Em termos de procedimentos administrativos associados à reprogramação da operação, deverá ser assegurada a comunicação da mesma nos termos habituais.

## 2. Entidade Pagadora/Dimensões

### 2.1. Agência, I.P. (FEDER/Outra Fonte Nacional), sistemas de origem SGO, SI Norte, SI Centro e SI Alentejo

#### Operações

- As operações devem ser reprogramadas relativamente às fontes de financiamento, refletindo o valor da componente **Financiamento Público Nacional**, e detalhada na seção Fontes de Contrapartida Pública - Orçamento Estado - Outras;
- Todas as operações devem ser comunicadas para os Formulários FEDER/FC (aplicando-se aos sistemas de origem SI Norte, SI Centro e SI Alentejo), e à conta corrente do Balcão 2020 (no caso do sistema de origem SGO).

#### Emissão Pedidos de Pagamento

- Os pedidos de pagamento emitidos após 31.08.2024, apenas têm a componente **Financiamento Público Nacional**, os quais deverão ser comunicados para o SPTD associados ao tipo de pedido de pagamento → Outros.
- Todos os pedidos de pagamento comunicados ao SPTD serão processados como habitualmente.
- Sempre que da reprogramação resultar a necessidade de alteração da fonte de financiamento de pedidos de pagamento já submetidos para SPTD com a componente Fundo, estes serão anulados pela Entidade Pagadora – Agência, I.P., para que as Autoridade de Gestão possam realizar todos os procedimentos anteriormente descritos, ou seja, reprogramar a operação, emitir novos pedidos pagamento, conforme indicado acima, e submetido para SPTD com o tipo de pagamento-> Outros.
- Nos casos em que o pedido de pagamento já se concretizou, com data-valor posterior a 31.08.2024, deve, em articulação com a UGF, ser registado um Lapso (divida) respeitante à operação/Beneficiário/valor indevidamente pago após 31.08.2024, a integrar em SPTD.

- Posteriormente à confirmação de que o Lapso consta em SPTD, e depois da reprogramação acima referida, deve ser comunicado o pedido de pagamento para o SPTD para a mesma operação/Beneficiário/valor, e associado ao tipo de pedido de pagamento → Outros.
- A UGF irá proceder à compensação do Lapso, anulando o pagamento com origem em Fundo anteriormente efetuado, e registando na operação o pagamento pela fonte de financiamento adequada (e correspondente ajuste entre contas), sem novo pagamento ao beneficiário.

## 2.2. IGFSS (FSE/OE), sistemas de origem SIFSE e SGO

### Operações

- Considerando que o movimento de reprogramação destas operações consiste na transição de Fundo para OE, deverá ser criado um *issue* em BugNet com a lista de operações a reprogramar com a nova distribuição das fontes de financiamento.
- A tramitação em SIFSE deverá seguir os passos decorrentes da aprovação de um PA.
- Em termos de serviço do SGO, caso se aplique, já existe a possibilidade de comunicação na variável OE, pelo que a nova imagem da operação deverá ser comunicada ao SIFSE via *webservice*.

### Emissão Autorizações de Pagamento/Ordens de pagamento

- As Ordens de pagamento emitidas após 31.08.2024, verão reduzido o montante fundo para 0 (zero), sendo este valor acrescido à componente OE.
- Deverá ser registado um pedido de pagamento PT 2020 em SPTD associado ao tipo de pedido de pagamento → Outros, utilizando a fonte de financiamento “Outra Fonte Nacional”.
- Estas ordens de pagamento serão corrigidas no SIFSE não existindo o envio para o IGFSS, e o ficheiro não será disponibilizado, dado que o pagamento será realizado pela entidade pagadora Agência, I.P. e não IGFSS.
- No mesmo *issue* das operações (referido anteriormente) deverá ser listada a informação relativa às Ordens de Pagamento a pagar, indicando o valor fundo a negativo e o valor OE a positivo, de igual montante.
- Em termos de SGO as novas Ordens de Pagamento, caso se aplique, devem ser comunicadas via *webservice*, sendo que já existe a possibilidade de comunicação das seguintes variáveis.



montante_a_pagar_fse	double	S	Montante-a-pagar-FSE	
montante_a_pagar_oe	double	S	Montante-a-pagar-OE	
codigo_processamento_ot_igfss_fse	Varchar(20)	S	Código-de-processamento-FSE	
codigo_processamento_ot_igfss_oe	Varchar(20)	S	Código-de-processamento-OE	

## 2.3. Organismos Intermédios (FEDER/Outra Fonte Nacional), sistema de origem SGO

### Operações

- As operações devem ser reprogramadas relativamente às fontes de financiamento, refletindo o valor da componente "Outra Fonte Nacional";
- Todas as operações devem ser comunicadas à conta corrente do Balcão 2020 (no caso do sistema de origem SGO).

### Transferências

- Dado que os pagamentos decorrem nos sistemas dos Organismos Intermédios os pedidos de pagamento, nestes sistemas de pagamentos deve ser garantido o pagamento na componente "Outra Fonte Nacional", e, para o efeito, as Autoridades de Gestão devem submeter em SPTD um pedido de transferência externa na componente -> Outros, com a Natureza "Outros (Não Fundo)", e apenas para o valor necessário ao pagamento final aos beneficiários.

A lista de operações e valor associado tem de ser anexa ao pedido, a fundamentar o mesmo.

- Nos casos em que o pedido de pagamento já se concretizou, com data-valor posterior a 31.08.2024, o OI deve assegurar a respetiva correção da forma de financiamento da operação, sugerindo-se a consideração de um Lapso (fundo) e pagamento ("Outra Fonte Nacional"), compensando em termos de operação/Beneficiário/valor, adequando datas e formas de financiamento da operação sem efetuar novo pagamento ao beneficiário.
- Verbas de Fundo eventualmente "retidas" nos Organismos Intermédios para realizar estes pagamentos devem ser devolvidas à Agência.

Para tal, além da devolução em termos bancários<sup>2</sup>, o OI deve articular com a respetiva Autoridade de Gestão para que esta registe em SPTD uma Transferência Externa negativa pelo valor em causa, indicando em anexo/observações o motivo da devolução.

---

<sup>2</sup> A conta da ADC para onde devem efetuar a transferência corresponde à mesma onde foram feitas anteriormente os pagamentos das transferências externas, mas em caso de duvida os OI/AG devem solicitar confirmação através de email para o endereço [ep\\_fundos@adcoesao.pt](mailto:ep_fundos@adcoesao.pt)